



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista da Medida Provisória nº 806/2017

DECISÃO DA COMISSÃO

Reunida nos dias 6 e 7 de março a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 806, de 2017, foi aprovado, por unanimidade, o relatório do Deputado Wellington Roberto, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 806, de 2017; pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa da Medida Provisória nº 806, de 2017, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 806, de 2017, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado; pela inconstitucionalidade e injuridicidade da Emenda nº 10; pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nos 1 a 9 e 11 a 46; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nos 1, 6, 13, 19, 20, 22, 35 e 37; pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das demais Emendas; e no mérito, pela aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, da Medida Provisória nº 806, de 2017, e das Emendas nos 7, 14, 24, 27, 28, 30, 40, 41, 43, 45, e pela rejeição das demais emendas.

Presentes à reunião os Senadores Valdir Raupp, Elmano Férrer, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Lasier Martins, Paulo Rocha, José Pimentel, Randolfe Rodrigues, Pedro Chaves, Cidinho Santos, e os Deputados Leonardo Quintão, Darcísio Perondi, Hildo Rocha, Jones Martins, Henrique Fontana, Décio Lima, Fausto Pinato, Wellington Roberto, João Carlos Bacelar, Júlio Cesar, João Paulo Kleinubing, Alfredo Kaefer, Danilo Forte, Laercio Oliveira.

Brasília, 7 de março de 2018.

Senador Eduardo Amorim
Presidente da Comissão Mista